

P O V O Negro



Paulo Jares - Abril Imagens

A CINDERELA NEGRA

“A estudante Ana Flávia Peçanha de Azeredo, negra, 19 anos, filha do governador do Espírito Santo, segurou a porta do elevador social de um edifício em Vitória enquanto se despedia de uma amiga. Em outro andar, alguém começou a esmurrar a porta do elevador. Ana Flávia decidiu então soltar a porta e, depois de conversar mais alguns instantes, chamou o outro elevador, o de serviço. Ao entrar nele, encontrou a empresária Teresina Stange, loira, olhos verdes, 40 anos, e o filho dela, Rodrigo, de 18 anos.[...] Segundo Ana Flávia contaria mais tarde, Teresina foi logo perguntando quem estava prendendo o elevador. ‘Ninguém’, respondeu a estudante. ‘Só demorei um pouquinho.’ A empresária não gostou da resposta e começou a gritar. ‘Você tem de aprender que quem manda no prédio são

O ENTÃO
GOVERNADOR DO
ES, ALBUÍNO
AZEREDO E A FILHA,
ANA FLÁVIA

PETER FRY

O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil

PETER FRY é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

os moradores, preto e pobre aqui não tem vez’, avisou. ‘A senhora me respeite’ retrucou a filha do governador. Teresina gritou novamente: ‘Cale a boca. Você não passa de uma empregadinha.’ Ao chegar ao saguão, o rapaz também entrou na briga. ‘Se você falar mais alguma coisa, meto a mão na sua cara’, berrou. ‘Eu perguntei se eles me conheciam e insisti que me respeitassem’, conta Ana Flávia. Rodrigo ameaçou outra vez: ‘Cale a boca, cale a boca. Se você continuar falando meto a mão no meio de suas pernas’. Teresina segurou o braço da moça e Rodrigo deu-lhe um soco no lado esquerdo do rosto. [...] A polícia abriu um inquérito a pedido do governador. Se forem condenados [Teresina e Rodrigo], os dois podem pegar de um a cinco anos de cadeia” (*Veja*, 7 de julho de 1993).

Quero agradecer a Fernando Rosa Ribeiro, Guy Massart, Olívia Gomes e Patrícia Farias, que leram o texto em tempo mínimo e fizeram críticas e sugestões muito importantes.

A INTERPRETAÇÃO DE MICHAEL HANCHARD

Michael Hanchard, autor de um livro recente sobre o movimento negro brasileiro (Hanchard, 1994a), publicou no ano passado um artigo que parte de uma discussão do “caso Ana Flávia” para comentar a situação “racial” brasileira em termos mais gerais (idem, 1994b). Arregimentando um batalhão de teóricos, desde Jürgen Habermas a Edward Thompson, ele avança três argumentos. O primeiro é que “afro-brasileiros têm recebido acesso contingente à esfera pública, um domínio que tem sido definido explicitamente e implicitamente como branco” (p. 166). O caso de Ana Flávia o faz afirmar que o Brasil não representa nenhuma exceção a essa regra, e que a batalha de porta de elevador “colocou mais um prego no caixão da ideologia da democracia racial brasileira” (p. 165). Um segundo objetivo do artigo de Hanchard é de argumentar uma “racialização crescente da prática cultural afro-brasileira” e uma “polarização racial crescente na sociedade brasileira”. Ana Flávia, ele afirma, sendo “filha de um homem negro [black] e uma mulher branca, poderia ser considerada uma mulata no Brasil do passado e do presente. Sua negritude [blackness] aos olhos dos seus atacantes implica um alargamento da categoria negro no Brasil e, mais importante, uma polarização crescente das categorias raciais” (p. 178), um ponto de vista compartilhado por Thomas Skidmore (1993). No bojo desta constatação, comenta o surgimento de “organizações e expressões culturais que não eram nem brasileiros nem nacionais mas Afro-diaspóricos”, como os blocos afro da Bahia (p. 181). Conclui que

“Através da segregação e de outras formas de alienação racial, esferas públicas alternativas operam dentro de uma esfera pública largamente definida. Grupos marginalizados criam comunidades territoriais e epistemológicas para eles próprios como uma consequência da sua posição subordinada na esfera pública burguesa. Assim, afro-brasileiros construíram esferas públicas deles próprios, que criticam as normas societárias e políticas brasileiras” (p. 167). “As lutas entre grupos raciais dominantes e subordina-

dos, a política de raça [the politics of race], ajudam a constituir a modernidade e o processo de modernização no globo inteiro. Utiliza fenótipos raciais para avaliar e julgar pessoas como cidadãos e não-cidadãos.[...] Esta é a política racial entre brancos e negros no apagar do século vinte, e o Brasil não é nenhuma exceção. Para Ana Flávia, o relógio marcou meia-noite no momento em que nasceu” (pp. 182-3).

A estreita relação entre racismo e modernidade tem sido magistralmente analisada por Louis Dumont, que tem insistido que racismo é a hierarquia presente nas sociedades igualitárias.

“No Ocidente moderno, não só os cidadãos são livres e iguais de direito, mas também a noção de igualdade de princípio entre todos os homens acarreta, no nível da mentalidade popular pelo menos, a da identidade profunda de todos os homens, porque eles não são tomados como os modelos de uma cultura, de uma sociedade, de um grupo social, mas como *individuos* existentes em si e por si. Dito de outro modo, o reconhecimento de uma diferença cultural não pode mais justificar etnocentricamente uma desigualdade. Observa-se que, em certas circunstâncias [...], uma diferença hierárquica continua a ser colocada, mas que ela se liga desta feita aos caracteres somáticos, à fisionomia, à cor da pele, ao ‘sangue’” (Dumont, 1992[1961], p. 314).

Mas, mesmo assim, o problema que vejo com o argumento de Hanchard, e que está presente também no de Dumont, é na tendência de ambos a não reconhecerem suficientemente as distinções dentro e sobre a “modernidade” e o “Ocidente”. Como bem aponta Mariza Peirano, distintos autores falam sobre a “modernidade” na tradição desta modernidade à qual pertencem, o que faz com que ela, ao comparar os escritos de Norbert Elias e do próprio Louis Dumont, possa levantar “alguns pontos da ideologia intelectual alemã (simbolizada por Elias) e francesa (através de Dumont)” (Peirano, 1991, p. 243).

A aproximação entre a “política racial” do Brasil e dos Estados Unidos que Hanchard propõe parece plausível basicamente porque

a linguagem utilizada para descrever e analisar a situação brasileira está repleta de significações advindas dos próprios Estados Unidos e porque a análise, essencialmente funcionalista, privilegia casos concretos de discriminação “racial” sobre o conjunto da sociedade, sobretudo suas representações. Há sinais, sem dúvida, de que um modo bipolar de definir “raças” no Brasil esteja cada vez mais em evidência. Enquanto termino este artigo, leio no jornal um comentário do ministro Pelé: “Se o negro quer melhorar seu nível social, é preciso colocar gente nossa no congresso” (*Jornal do Brasil*, 15/11/95). Mas mesmo assim acredito que um olhar mais cuidadoso sobre o caso Ana Flávia, em particular sobre a própria reportagem da *Veja* citada por Hanchard, possa mostrar que no Brasil a “política racial” continua *sui generis* no contexto do mundo moderno como um todo.

OS PERIGOS DA LINGUAGEM

A regra fundamental do método sociológico e antropológico é manter uma clara distinção entre os conceitos e categorias analíticas e descritivas da linguagem do narrador/analista e os conceitos e categorias utilizados pelos personagens da sua história. A grande maioria dos textos escritos sobre “raça” e “relações raciais” quebra essa regra sistematicamente. O exemplo mais claro disso é o “descuido” com o termo “raça” em si. Apesar de todos concordarem que tal conceito pertence ao reino das categorias nativas e é definido social e historicamente de maneira diversa de lugar para lugar, e que não tem, portanto, nenhuma validade “científica” como conceito universal, este pseudoconceito acaba sempre se infiltrando nos textos como conceito descritivo e, às vezes, analítico. Mesmo neste texto de Hanchard, que é um dos autores mais sofisticados, encontra-se descrito como *racial group*, *race* e *racial difference* sem itálico, sem aspas.

O texto de Hanchard, como tantos outros, é prejudicado ainda mais pelo fato de que muitos dos termos utilizados para descrever e analisar a situação brasileira num artigo escrito em inglês e publicado nos Estados Unidos também são categorias nativas da “política de identidade” dos Estados Unidos. Termos e expressões como “*people of African*

descent”, “*black subjectivity*”, “*Afro-diasporic populations*”, “*African-derived populations*”, “*blacks*”, “*African-Brazilians*”, “*blackness*”, “*African-American communities of the New World*”, “*whites*”, “*nonwhites*”, “*racial phenotypes*” e “*racial groups*” são carregados de valor no contexto da “política racial” norte-americana. Por essa razão, os conceitos e categorias utilizados fazem muito mais do que descrever e analisar; remetem ao sistema de significações e relações sociais do qual fazem parte. A sua dimensão semântico-referencial ofusca a sua dimensão pragmática ou indexical - seguindo Vincent Crapanzano, que define o semântico-referencial como “aquela dimensão ou função (intencional) de um enunciado onde o sentido está com exceções triviais independente do seu contexto extralingüístico” (Crapanzano, 1992, p. 15). O pragmático ou indexical se “refere à dimensão ou função (extencional) de um enunciado onde o sentido depende do seu contexto extralingüístico” (idem, *ibidem*)(1).

A dimensão pragmática das palavras utilizadas por Hanchard para descrever a situação brasileira efetua, sub-repticiamente, uma transmogrificação dos sentidos locais nos sentidos do lugar de origem das palavras, assim erradicando a possibilidade de enxergar possíveis (ou melhor, prováveis) diferenças mais ou menos radicais. É uma situação análoga à descrita por Dumont, em que o sistema de castas indianas perde a sua especificidade quando descrito como um caso de “estratificação social”. As categorias *blacks*, *whites* e *racial groups*, por exemplo, pressupõem que, no fundo, os brasileiros se pensam divididos e classificados desta forma. Será? *People of African descent* também pressupõe um sistema binário de classificação no Brasil, baseado, como nos Estados Unidos, em critérios de descendência. Será? A expressão *Afro-Brazilian life* pressupõe que os afro-brasileiros (e aqui se insinua de novo a existência de um grupo estanque) participam de um estilo de vida distinto do resto da população, como é o caso dos *Africano-Americanos*. Será? *African-American communities of the New World* assinala na mesma direção, insinuando uma “essência” comum entre todos aqueles com antepassados africanos. Será? *African-derived populations* sugere alguma comunhão entre

1 Minha utilização destes conceitos derivados do trabalho de Silverstein (Silverstein, 1979) se deve a longas conversas com Vincent Crapanzano e à leitura de um trabalho recente de Robin Sheriff (Sheriff, 1995).

a “África” (e deixo ao leitor a tarefa de imaginar qual África) e aqueles milhões de indivíduos que, conscientemente ou não, têm um antepassado africano. Será?

As respostas a estas questões deveriam resultar de pesquisa. Mas a utilização de categorias nativas americanas disfarçadas de descritores na sua dimensão puramente semântico-referencial faz com que tais questões sejam respondidas antes mesmo de serem colocadas. Aliás, a linguagem utilizada proíbe a própria colocação destas questões. A linguagem opera, por si só, uma elisão entre a situação brasileira e a situação norte-americana, induzindo o leitor a pensar o Brasil da “democracia racial” e das múltiplas categorias de classificação “racial” como, na pior das hipóteses, uma espécie de erro ou aberração, e, na melhor, como uma etapa de um caminho evolucionário que desembocará na plenitude do tempo na situação atual dos Estados Unidos: a “modernidade”.

REALIDADE E IDEOLOGIA

O efeito lingüístico de aproximar o Brasil dos Estados Unidos é reforçado por uma abordagem funcionalista que atribui às relações sociais maior “realidade” que as representações, interpretando as segundas em função das primeiras. No caso em questão me refiro à interpretação da “democracia racial” feita por Hanchard e pela maioria dos que escrevem sobre “relações raciais” no Brasil. Quando Hanchard observa que o caso Ana Flávia “colocou mais um prego no caixão da ideologia da democracia racial brasileira”, ele parte do pressuposto de que a discriminação “racial” empiricamente constatada ou subjetivamente experimentada (interessantemente ignora as inúmeras instâncias de amizade e conagração entre pessoas de aparências físicas - o que ele chama “fenótipos raciais” - distintas) é mais “real” que a “democracia racial”, que é definida como “ideologia”. Como a “realidade” é considerada mais forte que a “ideologia” (a “razão” deve sempre prevalecer sobre a “superstição”), ela acaba por enterrá-la morta. Aliás, me pergunto porque Hanchard quer enterrar a democracia racial. Será que a idéia da semelhança de todos é tão nociva assim? Ela inclusive teve um breve momento de popularidade nos Estados Unidos na década de 1960 -

mas voltarei oportunamente a este assunto.

As representações não são menos reais que as relações sociais; antes, pelo contrário, são, ou devem ser, o ponto de partida para qualquer análise sociológica ou antropológica. A diferença, como diz Dumont, entre uma abordagem antropológica comparativa e o “materialismo sumário” ou o “funcionalismo enfraquecido” está em “estudar homens que pensam e agem” e “estudar comportamentos, como se faria com insetos, com a condição de salpicar com representações indígenas mais ou menos epifenomenais” (Dumont, op. cit., p. 23). Vista dessa maneira, a democracia racial não é menos “real” que a discriminação “racial”. Enquanto a democracia “produz” uma sociedade sem segregação “racial” e legalmente universalista, a discriminação só é possível porque existe, anteriormente a ela, uma outra “ideologia” que contesta a ideologia da democracia racial. Essa “ideologia” hierarquiza os corpos de acordo com sua “aparência”. As desigualdades entre os *mais claros* e os *mais escuros*, entre Teresina e Ana Flávia, são o resultado de um “mercado de cores”, livre em princípio (a “democracia racial”), mas restrito na prática pela contra-ideologia da hierarquização das “raças” (o “racismo”).

CINDERELA NOVAMENTE

Em primeiro lugar é importante observar que Michael Hanchard não foi o primeiro a perceber que o caso Ana Flávia se prestava para falar das relações “raciais” no Brasil em termos mais gerais. A própria *Veja* faz exatamente isso no artigo sobre o caso Ana Flávia e num segundo artigo que o segue. Minha análise parte, portanto, de uma leitura detalhada desse texto, que vai muito além de uma descrição do caso Ana Flávia para uma análise bastante interessante sobre a “política racial” do país.

Procurarei analisar o artigo da *Veja* citado por Hanchard para ver como as dimensões pragmático-indexicais e semântico-referenciais funcionam para compor a história e falar da “política racial” no Brasil. Para tanto, darei preeminência aos termos nativos do texto, tentando controlar a dimensão pragmática da minha própria linguagem, mesmo que isso implique num certo pedantismo e numa profusão de aspas e itálicos (que serão

usados sempre que se trate de um termo enunciado no texto), e mesmo consciente de que a dimensão pragmática, como a “objetividade” em si, são mais metas ideais que realizações concretas possíveis. Como diz Crapanzano: “Não pode, na minha opinião, haver um ponto de vista verdadeiramente externo, nenhum ego transcendental, nenhuma verdadeira possibilidade de uma redução transcendental, ou *epoché*. Pode haver apenas a evocação de tais transcendências, que têm que ser vistas, ironicamente, dentro da nossa linguagem que engloba tudo” (Crapanzano, 1992, p. 3).

A ESTRUTURA DO TEXTO

“A Cinderela Negra” ocupa seis páginas da revista, igualando em tamanho o artigo de capa sobre a expedição de mandado de prisão contra P. C. Farias. Começa com uma etnografia do caso, que citei no início deste trabalho. Em seguida, o articulista fala das personagens, uma por uma. Depois, emite as suas opiniões sobre o preconceito “racial” no Brasil. Fala de duas interpretações “quase antagônicas” correntes, uma que “afirma que não há racismo no país” e outra que “diz que o racismo está apenas dissimulado. Justamente por não ser explícito, o preconceito seria pior. E nada ficaria a dever àquilo que se vê em países de violentos conflitos raciais” (p. 67). Conclui que as duas interpretações são falsas, reconhecendo a existência de um grau de miscigenação “impensável” num país como a África do Sul sem que isso “anule o fato de que exista preconceito bastante pronunciado no Brasil, revoltante em alguns casos, exemplar em outros, como o da filha do governador” (p. 67). Depois de terminar a discussão do caso Ana Flávia com uma discussão sobre a sua passagem pelo Instituto Médico Legal para exames e a fuga temporária dos réus, dedica as últimas duas páginas da reportagem aos resultados de uma pesquisa de opinião pública na qual 6.268 pessoas foram entrevistadas acerca das suas atitudes quanto às relações “raciais” no Brasil. Discute números, conta outros casos de discriminação e castiga o PT por ter apenas “um negro na comissão executiva.”

O artigo é fartamente ilustrado com nove fotografias e cinco tabelas da pesquisa. Na primeira página, há uma grande fotografia de Ana Flávia e seu pai. Num enorme e suntu-

oso salão (supomos que seja no Palácio do Governador), ela está sentada numa cadeira dourada com seu pai, em pé, ao seu lado. Na página do lado há duas fotografias menores, uma da Teresina Strange num sofá de chintz com o dedo em riste, a outra, menor, do rosto do seu filho Rodrigo. Nesta página, há também um quadro chamado “Quem tem mais preconceito?”, contendo porcentagens tiradas da pesquisa a respeito a opinião de “brancos” e “negros” sobre qual dos dois tem mais preconceito. Dos brancos entrevistados, 40% admitem que eles próprios têm mais preconceito, 36% acham que os “negros” são mais preconceituosos e 3% culpam mais os “mulatos”. Dos “negros” entrevistados, 55% dizem que os brancos têm mais preconceito, 27% afirmam que são os “negros” e 9% culpam mais os “mulatos”.

Nas páginas seguintes, há mais três tabelas, uma sobre beleza, outra sobre escolha de parceiro em casamento e a última sobre oportunidades no mercado de trabalho. Nesta última, 71% dos “brancos” e 81% dos “negros” concordam que o “negro” “leva a pior” na concorrência para emprego. Nestas páginas há também duas fotografias, uma de um homem “pretíssimo” abraçado com uma menina “loiríssima”, e outra do empresário José Barbosa num bar. Na legenda da segunda, o empresário é citado: “As pessoas não admitem que eu, que sou negro, tenha sucesso profissional. Já me disseram que tenho os lábios finos, que eu sou só mulato”. Nas últimas duas páginas, aparece mais uma tabela sobre a presença de “negros” em instituições de prestígio (quase não há), e mais quatro fotografias de pessoas que sofreram discriminação.

Chamado de “Baile de Máscaras”, o artigo seguinte a “A Cinderela Negra” procura chocar o leitor apresentando fotografias de algumas personagens famosas com as suas feições alteradas pelo computador. O papa aparece com os olhos “achinesados,” o Pelé com a cara de Robert Redford, a Xuxa com a pele escurecida (“Xuxa Meneghel Mandela”), e Michael Jackson com cabelos loiros e pele definitivamente branca. A “brincadeira” do artigo está ligada ao argumento de que “as diferenças genéticas entre as raças são apenas cosméticas”. Cita um “biólogo molecular” norte-americano que afirma que não há nada no DNA que defina as “raças” e que o racismo é “um fenômeno cultural e social”. O

artigo termina com uma afirmação do crescente “branqueamento” do mundo.

AS PERSONAGENS DESCRITAS E CLASSIFICADAS

As várias personagens são descritas primeiro pelo articulista (anônimo) e segundo pelas próprias personagens através do narrador.

Ana Flávia aparece primeiro como “estudante, negra, 19 anos, filha do governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo”, (p. 66). Mais tarde no artigo, o articulista acrescenta que é “uma menina baixinha de cabelos lisos e bem compridos e é estudante de Engenharia Civil da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro” (p. 68).

A segunda protagonista, Teresina Strange, é apresentada como uma “empresária, loira, olhos verdes, 40 anos” (p. 66) e, mais tarde, “descendente de alemães, dona de uma agência de turismo em Vitória e de um apartamento de 400 metros quadrados no luxuoso condomínio Pietrângela, na Praia da Costa, o lugar onde ocorreu a confusão”. A única informação sobre o filho é seu nome, Rodrigo, e sua idade de 18 anos. Presume-se que é também “descendente de alemães”.

O governador aparece assim:

“Casado há 22 anos com uma branca, Waldicéia, pai de um rapaz e duas moças, Azeredo é um caso raro de ascensão social entre 45% da população brasileira composta de negros e mestiços. Nasceu em uma família pobre no Morro da Argola, perto de Vitória. Perdeu o pai aos 11 anos. A mãe lavava roupas para fora e a avó fazia doces, que ele vendia nas ruas da cidade. Foi vendedor ambulante de pedreira e jogador de futebol. Muito inteligente, passou em terceiro lugar no concurso para oficiais da Academia Militar de Agulhas Negras, Aman, mas abandonou a escola 45 dias depois, sem dar explicações. Até hoje o governador não gosta de comentar o assunto, mas a família suspeita que existe uma história de preconceito racial no episódio. Depois disso, formou-se em Engenharia Ferroviária e fez carreira na Companhia Vale do Rio Doce. Em 1974, abriu um pequeno escritório de consultoria em projetos ferroviá-

rios, que hoje se transformou em uma das maiores empresas do ramo na América Latina” (p. 67).

Waldicéia, sua esposa, aparece apenas como “uma branca”. Nestas descrições, o articulista privilegia a origem familiar, a profissão e a “aparência” das personagens. O termo “aparência” é apropriado porque é muito usado no Brasil e porque foge de qualquer apriorismo “racial”. Como a beleza está no olhar de quem vê, a “aparência” não é nunca objetiva. É sempre um juízo de valor, possibilitado pelas categorias culturais e pelas particularidades sociais de quem olha e de quem é visto.

O narrador “constrói” as duas protagonistas principais (Ana Flávia e Teresina) através de uma série de pares de oposições. Em termos de família, Ana Flávia é filha de um homem “negro” e governador e mãe “branca”, enquanto Teresina é “descendente de alemães”. No que diz respeito à profissão, notamos a diferença de geração. Ana Flávia é “estudante” e Teresina “empresária”. Mas é na aparência que as duas divergem mais. Ana Flávia, “negra”, “baixinha” e com “cabelo liso e bem comprido”, se opõe a Teresina, uma “loira” com olhos verdes. A descrição das protagonistas é, então, nada inocente: produz imagens contrastantes de vítima e algoz através da dimensão pragmática da linguagem. A invocação da descendência alemã de Teresina, junto com os seus olhos verdes e a sua loirice, evoca uma imagem do estereótipo do alemão do sul do país. É de se perguntar se o articulista queria, através da insistência na descendência alemã de Teresina, salvar as outras mulheres “loiras” “verdadeiramente brasileiras” da pecha do racismo inato!

Na construção do governador e de sua esposa Waldicéia, o articulista privilegia dados da origem familiar e história profissional do marido, restringindo a descrição das suas aparências à constatação de que ele é “negro” e ela “branca”. Mas, mesmo assim, é o ser “negro” do governador que justifica tamanho interesse na sua ascensão social vertiginosa. Afinal, como diz o narrador, o governador “é um caso raro de ascensão social entre 45% da população brasileira composta de negros e mestiços”. O que chama a atenção na linguagem utilizada nesta descrição é o efeito prag-

NA OUTRA
PÁGINA, ANA
FLÁVIA AZEREDO,
QUE SOFREU
AGRESSÃO FÍSICA E
MORAL NO SAGUÃO
DE UM PRÉDIO EM
VITÓRIA, EM 1993



Paulo Jares - Abril Imagens

mático de enunciar a ascensão social do governador e seu casamento com “uma branca” na mesma frase. Remete o leitor diretamente à “ideologia” do branqueamento, formulada por Oliveira Viana e parte do ideário brasileiro até hoje.

Há um outro aspecto da linguagem descritiva do articulista que merece destaque. Quando se trata da “aparência” das personagens, ele utiliza termos que descrevem aspectos dos corpos visualizados (“olhos verdes”, “cabelo liso e bem comprido”) e apenas três termos de classificação: “loira”, “branca” e “negra(o)”. Quando fala da descendência, utiliza também o termo “mulato” para se referir aos três filhos do governador “negro” e sua esposa “branca”. (De fato também utiliza o termo “mestiço” quando se refere à raridade da ascensão social do governador.) Este ponto merece destaque quando observamos que se Ana Flávia é “mulata” em termos da sua descendência, é “negra” quando descrita pelo narrador como personagem da história.

As personagens citadas pelo narrador também falam de si mesmas e descrevem as outras. Ana Flávia conta que Teresina a chamou de “empregadinha” e falou “preto e pobre não têm lugar aqui. É o lugar dos moradores”, assim sugerindo que os moradores são “brancos” e “ricos”. A dimensão pragmática destes termos é evidente: remonta a uma oposição bastante familiar no Brasil. A combinação dos termos “preta”, “pobre” e “empregadinha” se refere a uma categoria social considerada por muitos como de baixíssimo *status* social (Rezende, 1995), opondo-a ao empregador “branco” e “rico”.

Quando Teresina se defende das acusações de racismo, ela procura palavras menos pragmáticas: “Em primeiro lugar, para mim a Ana Flávia não é preta. É só uma menina bronzeada” (p. 68)! Ou seja, a cor dela é mais “adquirida” que “adscrita”. Teresina segue, inconscientemente ou não, uma tradição brasileira comentada por Gilberto Freyre: a que valoriza o bronzeamento das mulheres. “O bronzear da pele [tem] se tornado, entre brasileiras de todos os grupos sociais que compõem a população feminina do Brasil, um quase rito religiosamente estético, que vem agindo, quer como superação de importâncias outrora atribuídas a origens e situações sociais, quer como revelação, no caso de mulheres miscigenadas, dos positivos, ao contrário de

supostos negativos” (Freyre, 1986, p. 39).

Uma tia paterna da Ana Flávia é também entrevistada. Ela “acha que a sobrinha deve sofrer muito, porque no atual círculo de amizades dela não há outras meninas pretas” (p. 68). Diz ainda: “ela é complexada e quase não vai à praia” (p. 68). Comenta também que “o irmão, Albuíno Junior, de 17 anos, é chamado pelos amigos do curso de pré-vestibular de ‘Neguinho da Beija-Flor’ e ‘Criolo’ [sic]” (p. 68).

É a primeira-dama quem tem mais a falar sobre o incidente:

“No Brasil existe um *apartheid* velado. A posição social, o dinheiro e o poder podem diminuir o preconceito, mas não acabam com ele. É como se as pessoas tivessem passado um verniz, debaixo do qual o preconceito continua intacto. Já enfrentei muitas barras pesadas por causa da discriminação contra minha família. Topei todas as brigas, mas nunca imaginei que uma filha minha acabasse agredida por ser negra. Quando soube da notícia, senti dor e humilhação, mas agora quero ver os dois atrás das grades. Isso tem de acabar um dia” (p. 68).

Os termos utilizados pelas personagens para se descreverem e para descreverem as outras se aproximam e se distanciam daqueles utilizados pelo narrador. Teresina e a tia utilizam termos como “bronzeadas”, “pretas”, “neguinho da Beija-Flor”, e “criolo”. O governador, ao falar da sua infância, se queixa de ter sido chamado de “macaco” e “saruê” quando era menino pobre. É a esposa do governador que utiliza os mesmos termos do articulista, referindo-se à sua filha como “negra”.

Ficando um tanto perplexo com a variedade de termos utilizados para descrever as personagens, e surpreso com a ausência do descritor “moreno”, tão comum na linguagem cotidiana do Rio, conduzi uma pequena enquête junto a alguns vizinhos meus de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Cobrindo o título da matéria com um papel branco, mostrei as fotografias para eles perguntando como descreveriam a aparência das personagens. Um estofador, que se definiu como “pardo”, disse que o governador era “pardo”, e a filha dele “morena”. Chamou a cor “morena” de “cor internacional”. Uma empregada doméstica que se decla-

rou “branca” achou o governador “moreno fechado”, e a menina “morena clara, como se diz”. Dois garagistas, que se definem como “negros”, divergiram. Um achava o governador “mulato”, e a menina “morena”. O outro inverteu a ordem. Um vendedor confirmou que o governador era “mulato” e a filha “morena”. O que mais me espantou é que todos os homens acharam Teresina “morena”, até que me dei conta de que, na fotografia, os seus cabelos parecem escuros! Apenas a empregada doméstica me confiou que era “branca, não é?”. Mais tarde ela me procurou para saber se a resposta dela era correta. Evidentemente não tinha certeza e achava que eu, como professor, saberia a “verdade”!

No final da breve conversa com os garagistas “negros”, caiu o papel que cobria o título do artigo. Leram o título da reportagem com espanto, comentaram “que absurdo” e, ato contínuo, riram às gargalhadas. Não indaguei sobre o motivo do riso, mas ficou mais ou menos óbvio que os “cabelos longos e lisos” da Ana Flávia e a sua presença em um ambiente tão obviamente “rico” a “desqualificavam” do título de “negra”.

Os dados até agora apresentados apontam para alguns princípios que guiam a descrição das pessoas. Em primeiro lugar, todas as personagens são descritas de acordo com a sua aparência física, com a exceção de Teresina Strange, cuja descendência alemã é evocada. Ana Flávia, por exemplo, aparece como “preta”, “negra” e “bronzada”, mas nunca como uma “pessoa de descendência africana”, ou “africano-brasileira”. Este procedimento apenas confirma a atualidade das observações feitas por Oracy Nogueira no seu famoso mas lamentavelmente pouco lembrado artigo, em que contrasta os sistemas norte-americano e brasileiro de relações “raciais”, mostrando que os brasileiros classificam a partir da “aparência” da pessoa (a “marca”), enquanto os norte-americanos privilegiam a descendência (a “origem”)(2).

Mesmo se todos prestam mais atenção à “marca” que à “origem” é possível distinguir duas maneiras de classificação. O narrador e Waldicéia distribuem as personagens em apenas duas categorias: “negros” e “brancos”. As demais personagens e os meus vizinhos utilizam categorias muito comuns na vida cotidiana brasileira como “moreno”, “morena clara”, “mulato(a)”, “mulato fechado”,

“pardo”, “criolo”, “neguinho”, “loira” e “preto(a)” para colocar as personagens numa gama de categorias bem mais ampla (3). Chamo a primeira maneira de classificar de “modo binário”, e a segunda de “modo múltiplo”. Evito falar em sistemas de classificação, por não estar seguro, após a leitura de um recente artigo de Robin Sheriff, de que o modo múltiplo, pelo menos, possua qualquer sistematicidade (Sheriff, 1995).

Há também um terceiro modo de classificação, uma espécie de redução do modo múltiplo, ou ampliação do modo bipolar, que consiste em três categorias: “negro”, “branco” e “mulato.” Este é também o modo oficial do censo brasileiro, que pede às pessoas que se classifiquem como “pretas”, “brancas” ou “pardas” (quando não “amarelas” ou “outras”). Nota-se um deslizamento das categorias “negro” e “mulato” para “preto” e “pardo”.

Por estes dados e por outros extrínsecos ao caso, pode-se levantar a hipótese de que o modo múltiplo seria dominante nas camadas “populares”, por assim dizer, e o modo bipolar dominante entre as classes médias intelectualizadas urbanas. Essa hipótese é razoável quando se lembra que são justamente as classes médias intelectualizadas as mais influenciadas pelo Movimento Negro e os cientistas sociais preocupados com relações “raciais” no Brasil. Estes, desde os trabalhos de Florestan Fernandes, têm adotado os termos “negros” e “brancos” nos seus escritos (Maggie, 1988). Em círculos universitários, por exemplo, o modo bipolar é o “politicamente correto”.

Mas outros dados extrínsecos ao “caso Ana Flávia” complicam a hipótese. O termo eminentemente popular “pessoas de cor” e a expressão “quem passa de branco, preto é” sugerem que, mesmo entre aqueles que costumam empregar o modo múltiplo, há um recurso bipolar também disponível. As observações de Robin Sheriff num morro do Rio de Janeiro mostram que o modo bipolar pode ser invocado, bem como o modo múltiplo (Sheriff, 1995). Mesmo assim, a bipolaridade popular é diferente da bipolaridade do Movimento Negro, pois a popular é invocada situacionalmente; desta forma convive com o modo múltiplo. A bipolaridade do Movimento Negro é impositiva e militantemente contrária ao modo múltiplo.

2 Veja, nesse sentido, um artigo recente de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1995).

3 Na pesquisa conduzida por Nelson do Valle Silva sobre os dados da PNAD de 1976, em que os entrevistados se autocalificaram em termos de “cor”, 135 categorias apareceram. 95% das respostas recaíram, mesmo assim, em apenas sete categorias: as quatro categorias do censo, *branco, preto, pardo e amarelo*, e três outras, *mais claro, moreno claro, moreno*. Nos restantes 5% apareceram categorias como *alvo, alvo escuro, alvo rosado, bronze, café com leite*, etc.

Os modos bipolar militante e múltiplo são radicalmente distintos um do outro. O modo múltiplo permite que indivíduos possam ser classificados de distintas maneiras de situação a situação. Além disso, permite o que podemos chamar da “desracialização” da identidade individual. Os termos “moreno” e “moreninho” podem ser aplicados, como vimos acima, a uma grande gama de “aparências”, a uma “descendente de alemães”, bem como, na vida cotidiana, aos indivíduos com as feições associadas à África. O bipolar militante se aproxima do modo norte-americano, na medida em que divide a sociedade dicotomicamente entre “brancos” e “negros”. Difere, como já argumentou Oracy Nogueira, porque se baseia nas aparências físicas dos indivíduos, e não primordialmente na sua descendência. Do ponto de vista do Movimento, o modo popular é anátema. Categorias como “moreno” e “mulato”, vistas como resultado das ideologias da democracia racial e do branqueamento, são consideradas armas para ocultar a verdadeira “identidade negra”, o que Hanchard chama de “*black subjectivity*”. É o caso do empresário citado acima, que se ressentia de ser chamado de “só mulato” por causa dos seus “lábios finos”.

O Movimento Negro, então, quis romper com o modo múltiplo, mudando as regras do jogo. E fez com tanta energia que começou a negar qualquer especificidade brasileira, descrevendo o país como “pior que o *apartheid*”, por exemplo (a segunda interpretação do racismo no Brasil mencionada no artigo da *Veja* e citada acima). Januário Garcia, antigo líder do movimento do Rio e ex-presidente do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), reconhece quão difícil tem sido fazer ressoar a mensagem bipolar do movimento: “A massa não veio comigo porque não sei como me comunicar com ela. [...] Não conseguimos mais nos comunicar com a massa porque não nos identificamos com massa. [...] Era principalmente uma questão de linguagem”. Garcia acertou em cheio, pois parece mesmo exatamente uma questão de linguagem na sua dimensão pragmática. A dificuldade de fazer valer uma linguagem que fala de “negros” e “brancos” para quem fala uma linguagem de “morenos”, “pretos”, “mulatos”, “crioulos”, etc., é exatamente a dificuldade de fazer com que as pessoas abram mão de um modo de vida ao qual estão habituadas, um modo de

vida baseado na crença de que a aparência das pessoas não deveria influir sobre as suas escolhas e carreiras, mesmo se se compartilha outra crença, igualmente forte, nas restrições terríveis que se impingem às “mais escuras” (citado em Maggie, 1988, p. 84).

Entretanto, e apesar do modo múltiplo e do modo “censitário” se localizarem mais fortemente entre as “camadas populares”, e o modo bipolar entre os militantes do Movimento Negro e universitários em geral, na prática os três modos coexistem na sociedade como um todo. De situação em situação, um ou outro pode aparecer em modo “puro”, ou todos podem ser encontrados “misturados”. As tabelas apresentadas no artigo “A Cinderela Negra” são ilustrativas nesse sentido. Os que responderam ao *survey* são classificados de acordo com o modo bipolar como “negros” e “brancos” (não se sabe se esta classificação foi efetuada pelos pesquisadores ou pelos pesquisados), mas as perguntas às quais respondem contêm a categoria “mulato”. Reproduzo duas tabelas à guisa de exemplo:

O JULGAMENTO DA BELEZA	
Em qual das raças você acha que há uma maior proporção de pessoas bonitas?	
A opinião dos brancos	A opinião dos negros
45% dos entrevistados dizem que é entre os brancos mesmo	27% dizem que os mulatos são mais bonitos
25% afirmam que há mais gente bonita entre os mulatos	22% acham que são os brancos
3% dizem que há mais negros bonitos	17% afirmam que há mais gente bonita entre os negros

A ESCOLHA DO PARCEIRO	
Entre uma pessoa branca, mulata ou negra, qual seria o seu parceiro ideal?	
Os brancos preferem	Os negros preferem
53% parceiros brancos	37% parceiros negros
27% parceiros mulatos	31% parceiros mulatos
3% parceiros negros	14% parceiros brancos

Estas tabelas, cujas colunas estranhamente não somam 100%, apresentam dados importantíssimos sobre a dificuldade mencionada por Januário Garcia em fazer valer a mensagem do Movimento Negro em grande escala. Demonstra que, quando as pessoas pensam a beleza (aparência) e a escolha de parceiro(a)?

ideal, a categoria “mulato(a?)” surge entre um número nada desprezível de pessoas. Resta saber, mesmo assim, quantos dos “negros” e “brancos” que responderam consideram-se “mulatos”!

AS CONSEQÜÊNCIAS

O modo bipolar e o modo militante têm seu *locus classicus* nos Estados Unidos (na África do Sul existem *coloureds*). Lá, a taxinomia racial consiste em apenas duas categorias, “negro” (agora “africano-americano”) e “branco”. Assim, mesmo tendo sete bisavós europeus e um africano, é este que determina o *status* de africano-americano. Este modo de classificação se produziu num contexto intelectual em que se acreditava que, na prole das uniões sexuais entre indivíduos de “raças” distintas, a “raça inferior” seria sempre a dominante, “manchando” a “pureza branca”. Se os cientistas do final do século XIX não tivessem sido tão preocupados com a superioridade e inferioridade das “raças”, teriam provavelmente inventado um outro sistema em que os indivíduos seriam classificados em termos de porcentagens, o que de fato ocorreu nas colônias espanholas. Se isso tivesse acontecido, hoje em dia um neto de um africano, um inglês e duas escocesas seria denominado um “africano 25% inglês, 25% escocês e 50% americano”. Este absurdo imaginário apenas coloca em relevo a arbitrariedade *real* do modo de classificação racial nos Estados Unidos como em qualquer outro lugar. Mas como esta taxinomia é percebida como natural, os americanos ficam surpresos que não a encontrem no Brasil. Acham eles, e, devo dizer, um número crescente de brasileiros acólitos deste pensamento, que a maneira de classificar brasileira, tão complexamente construída em cima de aparências, apenas “mascara” a verdadeira distinção natural entre “negros” e “brancos”. Ficam perplexos de não existir um movimento negro de massas.

É possível argumentar que o modo múltiplo é mais coerente, menos ambíguo e até menos racista que o bipolar dos Estados Unidos. O modo múltiplo efetivamente utiliza um sistema de porcentagens não quantificadas: assim, “cabelo bom”, “nariz chato”, “lábios finos” e “cor clara” acabam reconhecendo a herança genética africana e européia. O racismo entra quando os mais

próximos da “Europa” são vistos como superiores. Está contido justamente nos descritores “bom” e “ruim” do cabelo; é a contra-ideologia racista à qual me referi acima.

O modo bipolar militante não é “correto”. Não existe retidão universal no mundo das taxinomias e classificações, mesmo as ditas científicas. Ambos os modos, baseados em noções neo-lamarckianas de descendência, são racistas, mas o modo múltiplo é mais consistentemente neo-lamarckiano na medida em que reconhece múltiplas entradas “raciais” na constituição da pessoa através da descendência. O modo americano/militante/bipolar endossa a noção racista de que basta uma gota de “sangue negro” para “poluir” a “pureza branca” e produzir um mundo de “raças” essencializadas.

Se se pensa que o problema das desigualdades raciais no Brasil deve ser resolvido através do conflito, então o modo bipolar aparece como necessário. Ou, como afirma Hanchard, “as lutas entre grupos raciais dominantes e subordinados, e a política de raça ajudam a constituir a modernidade e os projetos modernizantes no globo inteiro”. Espero ter levantado a suspeita, a partir da discussão em torno do caso Ana Flávia, de que as coisas não são tão simples assim no Brasil e que, apesar da visibilidade do modelo bipolar, outras maneiras de definir as pessoas continuam fortes ainda.

A antropologia oscila entre o universalismo das suas grandes teorias e o particularismo dos seus estudos etnográficos empíricos. Creio que é a tensão entre estes dois pólos que lhe confere a possibilidade de evitar os piores excessos da etnocentricidade, de estar ciente de uma possível “transcendência”. A “política racial” norte-americana parece ter optado definitivamente pelo particularismo das “raças”. Se não, como explicar as reações ao julgamento de O. J. Simpson (a maioria dos “negros” o achou inocente e a maioria dos “brancos” o achou culpado, como se culpa criminal fosse coisa de “raça”), ou a marcha de um milhão de homens negros em Washington, sob a coordenação do segregacionista Louis Farrakan e seu Reino do Islã? O universalismo continua forte no Brasil, na sua constituição e na idéia da democracia racial, mesmo se há sinais (se Hanchard e Skidmore têm razão) de uma crescente polarização no país.

A MORAL DA HISTÓRIA

Não acredito que seja possível ser sociólogo ou antropólogo e ficar sem opinião neste debate, simplesmente porque nossas disciplinas são construídas sobre duas pedras fundamentais: a universalidade da humanidade e a desconexão total entre genética e cultura. É nossa incumbência, portanto, não ficarmos calados perante todas as modernas formas de essencialismo e racismo, mesmo se isso implica em assumir posições temporariamente “politicamente incorretas”. Afinal, racismo é racismo, e é tão perigoso quando invocado em favor dos fracos quanto dos fortes. Afinal, os fracos de hoje podem muito bem ser os fortes de amanhã.

Kwame Anthony Appiah, filósofo e filho de pai ganhês e mãe britânica, professor da Universidade de Harvard, está aborrecido com a perpetuação do discurso militante essencialista no seu país adotivo, que nos dias de hoje presencia um caloroso debate universitário sobre o suposto “eurocentrismo” dos currículos, o que tem produzido um “afrocentrismo” reativo. Comenta: “A resposta correta ao eurocentrismo não é certamente um afrocentrismo reativo mas uma nova compreensão que humanize todos nós através de uma aprendizagem de pensar além de raça” (Appiah, 1993).

Hanchard afirma que “o Brasil não é nenhuma exceção” a uma “política racial” generalizada neste final de século. Peço perdão, mas acredito que a “política racial” não precisa seguir os rumos do mundo anglo-saxão (4). Os Estados Unidos vivem “surto” de universalismo dentro do seu particularismo histórico, como, por exemplo, no movimento dos direitos civis na década de 1960, e mesmo agora, vozes de pessoas que se consideram “misturadas racialmente”, ainda tímidas, surgem para reivindicar identidades sociais além das categorias “raciais” existentes (Root, 1992)(5). O Brasil vive “surto” de particularismo dentro de seu universalismo constitucional e consentido; afinal, como reza o ditado popular, “na prática a teoria é outra”. Mas nem por isso precisamos descartar a “democracia racial” como ideologia falsa. Como mito, no sentido em que os antropólogos empregam o termo, é um conjunto de idéias e valores poderosos que fazem com que o Brasil seja o “Brasil”, para aproveitar a

expressão de Roberto daMatta. Como tal, é seguramente nada desinteressante num mundo assolado pelos particularismos “raciais”, “étnicos” e “sexuais” que alhures produzem sofrimento e morte no pretense caminho da igualdade.

POST SCRIPTUM

Logo depois de terminar este artigo, no sábado, dia 25 de novembro, estava voltando para minha casa em Santa Teresa, de carro, acompanhado por um amigo negro, quando vi no retrovisor um carro com um único farol muito alto. Tapei o espelho retrovisor para proteger os meus olhos. Após alguns minutos o tal carro acendeu luzes vermelhas que piscavam no seu teto. Polícia! Fui mais devagar para que ele pudesse me ultrapassar. Mas não ultrapassou. Parou ao meu lado e me forçou a parar. Saltaram de um Opala velho dois policiais armados com revólveres, que logo começaram a me xingar por não ter parado. Com arrogância e brutalidade exigiram nossos documentos e vistoriaram o carro. Minhas tentativas de exigir civilidade apenas aumentaram a agressividade deles. Quando nada ilegal acharam (tomei o cuidado de seguir seus passos caso quisessem “depositar” algo), relutantemente nos deram autorização para seguir viagem. Anotei o número do Opala. Os policiais então anotaram a placa do meu e ameaçaram me multar por ter recusado parar!

Cheio de raiva, desci de novo para a cidade. No caminho, sugeri ao meu amigo que era um caso de racismo. Ele disse que não queria comentar isso, mas que era mesmo. Ele teria visto o Opala quando passamos por ele na subida. Certamente os policiais deduziram que um “branco” e um “negro” no mesmo carro só poderiam ser “bandidos” de um tipo ou outro.

Fiquei arrasado por ter escrito um artigo apelando para a “realidade” da democracia racial!

De volta à cidade, entramos num botequim, um botequim cheio de gente de todas as “aparências” possíveis, velhos e moços, mulheres e homens, de todas as cores possíveis. O ambiente de convivência bem-humorada foi o mais perfeito antídoto à batida policial. Aos poucos fui relaxando.

Um negro velho veio me pedir um real

4 Tenho em mente aqui a importantíssima questão das diferenças entre as colônias portuguesas e as inglesas, questão essa tratada atentadamente por Gilberto Freyre. Para trabalhos recentes sobre essa questão ver: Ribeiro, 1994; e Fry, 1991.

5 Root alega que o surgimento de uma população “racialmente mista” está mudando a “face” dos Estados Unidos. Lança mão do conceito de “ecologia racial” para rever a sociedade norte-americana. “*The ‘racial ecology’ is complex in a phenotypically heterogeneous society that has imbued physical differences with significant meaning in a convention that benefits selective segments of the society*” (Root, 1992, p. 4). Esta visão “brasileira” dos Estados Unidos (isto é: identidade está nas aparências) não surgiu do nada; afinal é conhecido que, mesmo na bipolaridade dos Estados Unidos, sutis diferenças de “aparência” são notadas, mesmo se nem sempre verbalizadas. Poder-se-ia levantar a hipótese de que o Brasil e os Estados Unidos diferem da seguinte maneira: no Brasil o modo bipolar continua dominado pelo modo múltiplo enquanto nos Estados Unidos a situação é a inversa.

“para o ônibus”. Espontaneamente começou a me contar da sua vida de capoeirista com a navalha escondida entre os dedos do pé. Ato contínuo, se referiu a sua cor, dizendo que não tolera quem o “desfaz”. Partiu, então, para um longo discurso, sem pieguice, sobre a igualdade de nós todos perante Deus.

Dei-me conta, então, de que meu artigo tinha algum sentido.

Os dois eventos, a brutalidade da polícia racista e a civilidade da “mistureba” do bote-

quim, aconteceram na mesma cidade com a diferença de alguns minutos entre um e outro.

Mas é isso mesmo. O ideal da democracia racial e a brutalidade do racismo coexistem de tal forma que é a situação - umas são previsíveis, outras não - que determina qual vai prevalecer. Não tenho dúvidas de que os dois policiais, ambos “escuros,” jamais admitiriam qualquer racismo. Não duvido tampouco que bebam fraternalmente nos botequins da vida.

BIBLIOGRAFIA

- APPIAH, Kwame Anthony. “Europe Upside Down: Fallacies of the New Afrocentrism”, in *Times Literary Supplement*, 4689, 1993, pp. 24-5.
- CAVALCANTI, Maria de Laura Viveiros de Castro. “Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: Esboço de uma Biografia Intelectual”. Trabalho apresentado na XIX Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1995, mimeo.
- CRAPANZANO, Vincent. *Hermes' Dilemma & Hamlet's Desire: on the Epistemology of Interpretation*. Cambridge, Harvard University Press, 1992.
- CUNHA, Olívia Gomes da. “Bonde do Mal: Notas sobre Território, Cor, Violência e Juventude numa Favela do Subúrbio Carioca”. Trabalho apresentado ao Programa Raça e Etnicidade, IFCS/UFRJ, 1995, mimeo.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o Sistema das Castas e suas Implicações*. São Paulo, Edusp, 1992.
- FRY, Peter. “Politicamente Correto num Lugar, Incorreto Noutro? (Relações Raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue)”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, novembro de 1992.
- HANCHARD, Michael. *Orpheus and Power: the Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton, Princeton University Press, 1994a.
- . “Black Cinderella? Race and the Public Sphere in Brazil”, in *Public Culture*, 7, 1994b, pp. 165-85.
- MAGGIE, Yvonne. *A Ilusão do Concreto: Análise do Sistema de Classificação Racial no Brasil*. Tese apresentada para concurso de professor-titular de Antropologia, IFCS/UFRJ, 1991, mimeo.
- NOGUEIRA, Oracy. “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem (Sugestão de um Quadro de Referência para a Interpretação do Material sobre Relações Raciais no Brasil)”, in O. Nogueira, *Tanto Preto quanto Branco: Estudo de Relações Raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1991[1954].
- PEIRANO, Mariza. *Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*. Brasília, Editora UnB, 1991.
- REZENDE, Cláudia. “Empregadas Domésticas: Amizade, Hierarquia e Cor”. Trabalho apresentado na XIX Reunião da ANPOCS, Caxambu, 1995, mimeo.
- RIBEIRO, Luis Fernando Rosa. “‘Apartheid’ e Democracia Racial: Raça e Nação no Brasil e África do Sul”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, 24, pp. 95-120.
- ROOT, Maria P. P.(ed.). *Racially Mixed People in America*. Newbury Park, Sage Publications, 1992.
- SHERIFF, Robin. “Negro é um Nome que os Brancos deram aos Pretos: Discursos sobre Cor, Raça e Racismo num Morro Carioca”. Trabalho apresentado no Programa Raça e Etnicidade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995, mimeo.
- SILVA, Nelson do Valle. “Distância Social e Casamento Inter-racial no Brasil”, in Nelson do Valle Silva e Carlos A. Hasenbalg (eds.), *Relações Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.
- SILVERSTEIN, Michael. “Language Structure and Linguistic Ideology”, in P. Clyne, W. Hanks, and C. Hofbauer (eds.), *The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels*. Chicago, Chicago Linguistic Society, 1979, pp. 193-247.
- SKIDMORE, Thomas. “Race Relations in Brazil”, in *Camões Center Quarterly*, 4 (3-4), 1993, pp. 49-61.